

O Magnífico Reitor

A reforma da Universidade e D. Francisco de Lemos

ANTÓNIO FILIPE PIMENTEL

IHA/CEAACP, Director do MNAA

Não se deve encarar a universidade como um corpo isolado, preocupado apenas com seus próprios negócios, como sucede normalmente, mas como um corpo no coração do Estado que, mercê de seus intelectuais, cria e difunde a sabedoria do Iluminismo por todas as partes da Monarquia a fim de animar e revitalizar todos os ramos da administração pública e de promover a felicidade do Homem. Quanto mais se analisa esta ideia, maiores afinidades se descobrem entre a universidade e o Estado.

D. Francisco de Lemos

Relação Geral do Estado da Universidade

D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, por duas vezes reitor da Universidade de Coimbra (1770-1779 e 1799-1821), em contextos políticos e ideológicos substancialmente diversos e, entretanto, primeiro vigário-geral (durante a prisão do bispo-conde D. Miguel da Anunciação) e finalmente prelado da diocese coimbrã, constituiu, incontornavelmente, o mais carismático ocupante do sôlio reitoral daquela que seria, até ao dealbar do século XX, a única instituição universitária em todo o mundo português (espaço imperial cuja dimensão e dinâmica ele mesmo representaria, ao ser natural do território brasileiro), sedimentando uma aura mítica que o rodearia ainda em vida e que o converteria - particularmente no contexto universitário - em modelo e referência para os sucessores.

Protagonista e, simultaneamente, agente de um tempo de mudança - o da *Reforma Pombalina da Universidade*, que reconfiguraria dramaticamente a missão da própria instituição - revelaria, no exercício do seu múnus (e de modo diverso, em função da própria diversidade das circunstâncias em que seria chamado a exercê-lo), uma clara consciência da importância política dos meios visuais, que exprime, seja na eficaz gestão dos instrumentos cerimoniais (num espaço institucional que neles sempre projectou uma parte central da sua própria afirmação interna e externa), seja na programação e projecção da

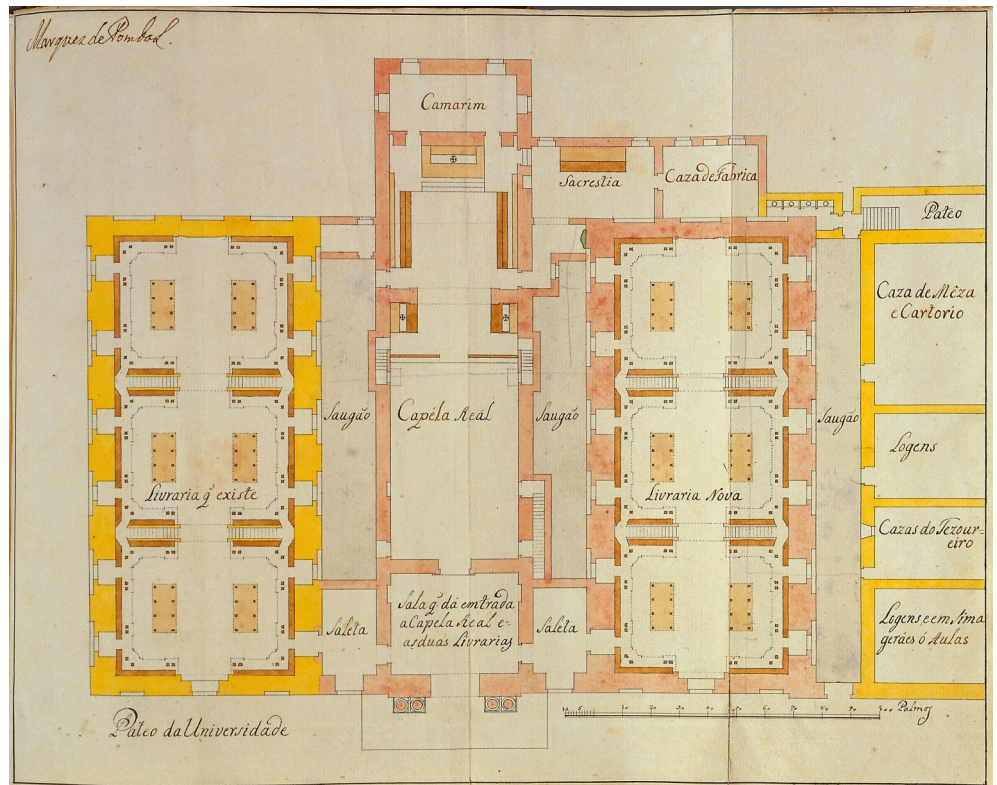
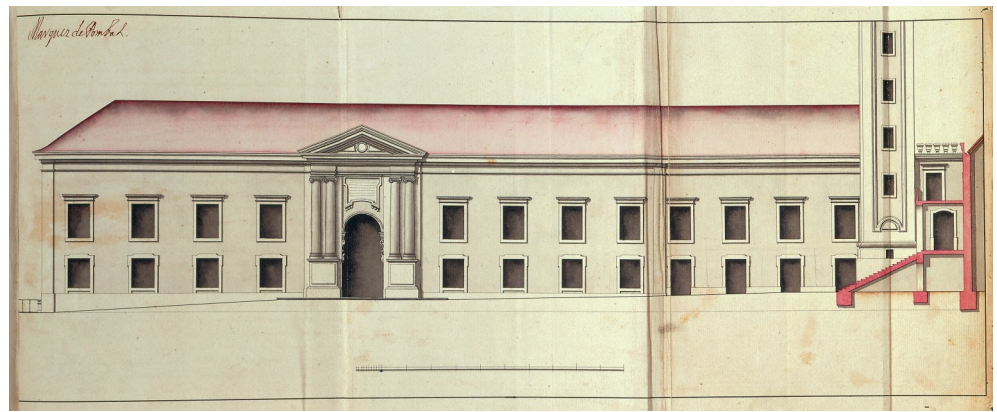
nova cidade universitária, entendida como espaço retórico de poder. Concitando de há muito a atenção da historiografia - pelo que as novas edificações relevam para a compreensão da penetração das ideias estéticas no Portugal finissetecentista - esse programa arquitectónico (mas também urbanístico e decorativo) carece claramente de ser analisado a partir da personalidade forte do homem a quem coube geri-lo e implementá-lo e que projectaria igualmente a sua ideologia nas obras que, entretanto, dinamizaria no *interregno episcopal* a que seria confinado nos vinte anos que se seguem à queda de Pombal: acção esta que, inversamente, tem permanecido em densa obscuridade.

Os dados essenciais da biografia de D. Francisco de Lemos¹ compactam-se em curtas linhas, a despeito do impressionante percurso profissional que incontestavelmente ilustram. Filho de Manuel Pereira Ramos de Lemos e Faria e de D. Helena de Andrade Souto Maior Coutinho, viria ao mundo a 5 de Abril de 1735, na casa e morgado de Maripicu, freguesia de Santo António de Jacotinga, termo do Rio de Janeiro e seu quarto avô, Amador Bueno da Ribeira, destacada figura do tempo da Restauração, era ancestro comum das principais famílias das províncias de S. Paulo, Minas, Santos e Goiás. Aos onze anos seria remetido para a metrópole, a completar os seus estudos, ao cuidado do irmão mais velho e sucessor no morgado, Dr. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e em quatro completaria o nível secundário do ensino, matriculando-se, em Coimbra, na faculdade de Cânones, onde conclui o curso ordinário de formatura aos dezasseis, corria o ano de 1753 - diz um seu biógrafo que “quando chegava à idade em que a maioria dos estudantes passa dos preparatórios para a Universidade” (Mirabeau, 1889: VII). Entretanto, em 1751, ingressara como noviço na Ordem de S. Bento de Avis, onde professaria no ano seguinte, sendo admitido como porcionista no Colégio das Ordens Militares. Em 1754, antes de completar os vinte anos, obtinha o grau de doutor, que lhe permitiria habilitar-se à docência universitária. E com esse fito se conserva no colégio, iniciando um compasso de espera que haveria de prolongar-se por mais de um lustro.

Nessa situação, de ausência de perspectivas profissionais, radicar-se, decerto, a candidatura que terá feito, ao redor de 1760, ao cargo de deão do Rio de Janeiro, a qual pessoalmente entrega ao conde de Oeiras, de quem era próximo seu irmão João Pereira Ramos e a quem fora recomendado ainda estudante. A resposta do ministro (“não lhe convem este emprego, e não limite as suas vistas a tão pouco”, recordada nas suas próprias exéquias por António José da Rocha. Cf. Mirabeau, 1889: VIII) marcaria uma nova etapa no seu percurso profissional: eleito, no regresso a Coimbra, em 1761, reitor do seu colégio e do mesmo passo que vai acumulando benefícios eclesiásticos, candidata-se, em 1765, à cadeira de sexto de Decretais, sendo sucessivamente nomeado juiz das Três Ordens Militares em 1767, deputado do Santo Ofício em 1768 e, no mesmo ano, desembargador da Casa da Suplicação (Teixeira, 1890: 2-3). Simultaneamente, rebentava o escândalo em torno da famosa pastoral contra o regalismo do bispo-conde D. Miguel da Anunciação, datada de 8 de Novembro e sobre a qual se abatera o violento veredicto da Real Mesa Censória, criada em Abril desse ano e presidida por Fr. Manuel do Cenáculo Vilasboas. Destituído o prelado, reduzido à prisão e “reputado por morto” - e, em consequência, considerado vago o governo do bispado -, ordenaria o ministro ao cabido, um mês mais tarde, que elegeisse vigário capitular,

insinuando para preencher o cargo a pessoa de Francisco de Lemos, de cujas “letras e virtudes” tinha a melhor informação (Rodrigues, 1982: 232-233). De imediato eleito pela unanimidade dos cônegos, com o novo posto, onde seria provido aos 33 anos, em Dezembro de 1768, teria início uma nova etapa, que não mais o afastaria de uma posição central na vida da cidade.

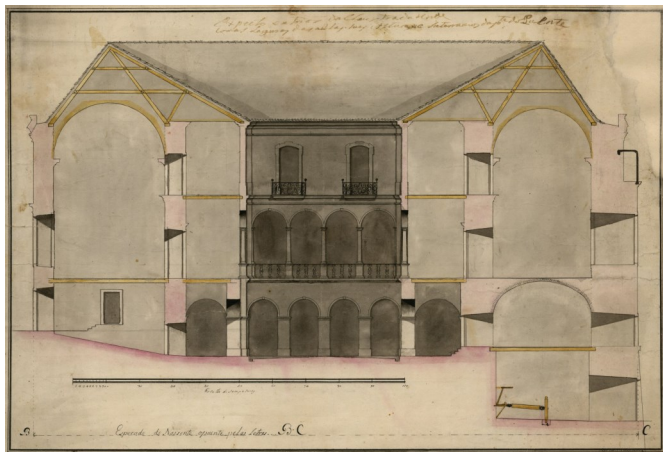
De facto, em Maio de 1770 era nomeado reitor da Universidade (em acumulação com as funções de vigário-geral da diocese) por tempo de três anos. E, a despeito de o claustro universitário, acatando as instruções da carta régia, haver determinado “que se inaugurasse o novo reitorado com os festejos do estylo”, refere o biógrafo citado que “D’esta ultima clausula se aproveitou D. Francisco de Lemos para entrar na cidade com tão luzido cortejo e aparato, como só costumava ver-se na recepção das pessoas reaes” (Mirabeau, 1889: XV). Quinze dias depois partia para Lisboa, *em virtude de ordens superiores*. Com efeito, em finais desse ano seria instituída, complementando a Real Mesa e com o fim de proceder à reforma completa do sistema de ensino, a Junta da Providência Literária, onde, em estreita articulação com Pombal, tomariam lugar, além de



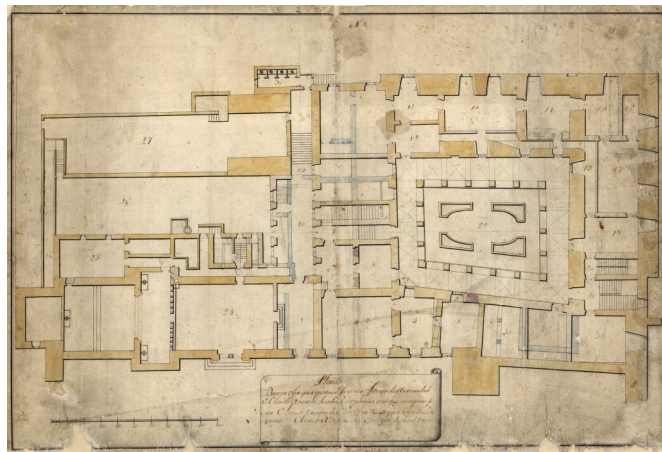
Guilherme Elsdén, Alçado e planta do projecto de remodelação da ala ocidental do Paço das Escolas Museu Nacional Machado de Castro | Fotos José Pessoa (DGPC/ADF)

Cenáculo, os irmãos João Pereira Ramos e Francisco de Lemos e ainda (por influência deste) o jesuíta egresso José Monteiro da Rocha. E dela haveria de sair, ao termo de oito intensos meses de trabalho, o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* - em cuja redacção caberia aos irmãos Lemos substantiva parte -, compondo uma espessa e dramática avaliação do ensino superior em Portugal, que resultaria na mais violenta denúncia alguma vez redigida em relação aos *estrágos* gerados pelo domínio da Escolástica: e, conseqüentemente, no maior libelo contra o império pedagógico da Companhia de Jesus, erradicada, aliás, em 59. Por este modo se alcançava produzir uma eficaz arma de arremesso em relação à *Universidade Velha*, assentando, do mesmo passo, as bases para a sua integral reforma e conversão na *Universidade Nova* que, nos círculos intelectuais da governação, se vinha esboçando desde o reinado anterior.

Desse processo emergiria a redacção, pela mesma comissão, dos novos Estatutos, promulgados pelo Rei em Agosto de 1772 e cuja boa aplicação, em conformidade, se confiava a Francisco de Lemos, para o efeito nomeado reformador (em acumulação com as funções de reitor) em Setembro imediato.



Manuel Alves Macomboia (?), Corte dos Gerais *galeria de vigilância*
Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra | Foto UCFT/OA



Planta das repartições universitárias (Gerais)
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra | Foto BGUC

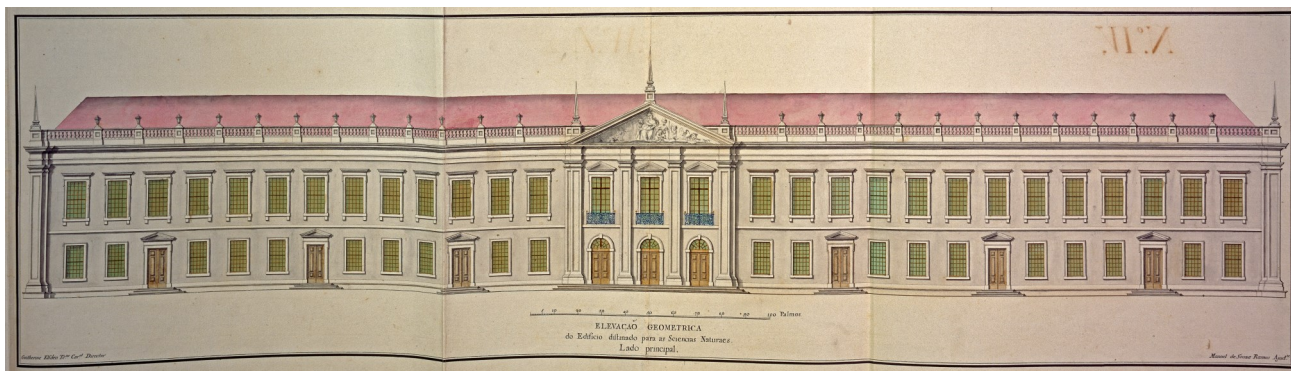
Ainda nesse mês, aliás, seriam os Estatutos pessoalmente entregues na Universidade pelo próprio marquês (assim solenemente reabrindo a Escola, encerrada desde a publicação do *Compêndio Histórico*), com esse fito revestido da dignidade, sem precedentes, de lugar-tenente e plenipotenciário do monarca. E, de novo, “não descurou D. Francisco de Lemos as honras e pompas do recebimento” (Mirabeau, 1889), na esteira do que praticara com a sua própria e solene entrada, dois anos antes (Abreu, 1853: 110-113 e 121-125). Com a partida do ministro, após 32 dias de demora, tinha início a implementação da Reforma - cuja amplitude a expressão *Nova Fundação* cabalmente ilustraria -, enquanto, no ano seguinte, o prelado universitário se via elevado à dignidade de coadjutor e futuro sucessor do bispado, com o título de bispo de Zenópoli, colhendo, com o reforço da sua dignidade, os frutos da pacificação das relações com a Santa Sé entretanto operada.

Quanto à Reforma propriamente dita - cujo objectivo central era o de promover um novo corpo de funcionários ilustrados, em apoio da burocracia estatal e de uma Igreja também ela reformada em acordo com as doutrinas galicanistas, além de um escol de técnicos versados nas ciências novas que permitiam explorar os recursos do Império (Maxwell, 1996: 110) - passaria pela modernização das faculdades de Teologia, de Cânones e de Direito e pela completa actualização da Medicina (as *faculdades maiores* do antigo e medieval sistema universitário) e ainda pela criação de duas faculdades novas - Matemática e Filosofia -, que deveriam ministrar, além das tradicionais metafísica, lógica e ética, as novas áreas das ciências naturais, assentes na observação e experimentação. A expansão do sistema de ensino e os requisitos logísticos dos novos *institutos* obrigariam, evidentemente, à organização de novos espaços e, nessa lógica, à construção de novos edifícios, objectivo que iria converter, nos anos que se seguem, o pacato burgo universitário num estaleiro, recriando o que em Lisboa se dinamizava em torno da magna empresa da reconstrução, desde o sismo de 1755. Com ele, contudo - e na lógica de um exercício de poder que demonstrara, desde os primeiros passos, uma aguda sensibilidade ao valor retórico dos meios visuais - emergia também um novo cenário para a vida escolar, reconvertendo a velha *cidade do saber*, sobre a qual incidira o império da Escolástica, numa *cidade do poder* (Pimentel, 2000: 265-288), demonstrativa de uma nova relação com o Estado que, na *Nova Fundação*, precisamente se ilustrava.

Com as obras da cidade universitária, porém, não emergia apenas uma equipa técnica recrutada na reconstrução da capital

- desde logo Guilherme Elsdén, arribado a Portugal com o conde de Lippe, em inícios da década anterior e oriundo da teoria e da prática da arquitectura militar, tal como o corpo de engenheiros que o acompanha (Manuel de Sousa Ramos, Teodoro Marques Pereira da Silva e Ricardo Franco de Almeida. Cf. Craveiro, 1987 e 1988a); afirmava-se, de igual modo, uma nova forma de organização de trabalho, também ela cunhada nos processos administrativos da reconstrução lisboeta, caldeados numa clara apetência (não apenas funcional, mas igualmente simbólica) de burocratização de todas as ramificações do aparelho estatal e cabalmente ilustrada, seja na implementação do Gabinete de Obras, seja no *Regimento das Obras da Universidade de Coimbra*, promulgado pelo Marquês, com força de Lei, em Janeiro de 1773 (Teixeira, 1920: 154-174; Dias, 1983: 335-348). De resto, seria nesses anos de 1771 e 1772, inteiramente passados em Lisboa na longa maturação da empresa da *Reformação dos Estudos*, que, entre o reitor-reformador, o coronel Elsdén e o ministro reformista (que tudo acompanharia pelo miúdo), teria começo o delineamento arquitectónico dos novos institutos e, em geral, das obras exigidas pela Nova Fundação (Dias, 1983: 337): por isso implementadas no terreno, em ritmo célere, logo a partir do *ano novo* de 73; por isso origem de um dos mais impressionantes acervos de peças desenhadas ainda hoje conservados em Portugal.

Antes ainda, porém, que avançasse a edificação (ou bem a organização) dos novos institutos, fundamentalmente exigidos pela expansão das áreas científicas e pedagógicas promovidas pela Reforma (essencialmente as resultantes da modernização da faculdade de Medicina, da criação das duas novas de Filosofia e Matemática e da fundação da nova Imprensa universitária), seria o próprio cenário retórico do poder reitoral (e do real, por seu intermédio) a concitar a atenção do reformador-reitor. Ele mesmo, aliás, deixaria uma clara evocação da situação encontrada nesta matéria e do trabalho desenvolvido, ao escrever, anos mais tarde: “O edifício dos Paços da Universidade ate agora estava todo dividido sem comunicação interior, que desse serventia a todas as suas partes. Não se podia hir as Aulas senão publicamente, não havia serventia para a Capella senão pelo Pateo e da mesma sorte para a Caza da Meza da Fazenda, que ficava em lugar subterraneo. A mesma Caza Reytoral estava muito mal disposta, e sem as accomodações necessárias. O Prospecto para a cidade estava torpíssimo; e não havia entrada para as Officinas baixas deste vasto Edifício, que facilitasse a serventia, e uzo dellas. Havia huma Varanda aberta pela qual se hia da Caza Reytoral para a dos Exames Privados, na qual



Guilherme Elsdén, Alçado principal do Museu de História Natural (em cima) e do Laboratório Químico (em baixo)
 “Riscos das Obras da Universidade de Coimbra”, Prop. Herd. Eng. Santos Simões | Fotos Pedro Aboim Borges

estavam as janellas, que servem de Tribunas para a Salla Grande dos Actos, exposta à chuva, e aos ventos. Todos estes defeitos se emendaram” (Lemos, 1980: 136-137).

Efectivamente e de acordo com a enumeração do próprio reitor, “Mandei formar na Varanda aberta a Galeria (...), a qual deu formozura ao Edifício, e facilitou o uzo das Tribunas, e a serventia para as mais partes do Edifício: Mandei levantar o tecto das Varandas dos Geraes; e se formaram Corredores, que circulam todas as Aulas, e dão Tribunas para ellas; das quaes pode o Reytor ver, e observar, o que se passa nas ditas Aulas. Facilitei por meio de Escadas, e outras aberturas a comunicação interior para todas as partes do Edifício. Emendei os defeitos da Caza Reytoral, e a puz em estado de servir dignamente aos uzos Académicos: e de dar boa acomodação aos Prelados, que nella rezidem. Separei os Paços dos torpes, e insignificantes Edifícios Velhos, que com elles pegavam: mandei formar huma Muralha, que aliviando a Imprensa do monte de terra, que a sepultava, sustenta o pezo da terra; forma hum Terreno agradável sobre a Cidade; e por ella se da Comunicação dos Paços à Imprensa. Mandei formar Novas Aulas, e dividir outras para as Liçoens das seis Faculdades e preparei-as de Cadeiras, Mezas, bancos, e tudo o mais necessário para o seu uzo decente. E porque não havia accomodaçoens capazes para as Officinas da Casa Reitoral principiei a fezellas no lugar dos Edifícios Velhos” (Lemos, 1980: 137-138).

Efectivamente, uma reforma geral das comunicações e circulações pelo interior e exterior do antiquíssimo edifício seria então levada a cabo (de que avulta o encerramento da referida varanda de acesso à sala do Exame Privado), bem como uma operação de repartição e reorganização da área do Paço Reitoral, com vista a dotá-lo dos cómodos e funcionalidade necessária:

porém, do mesmo passo, levar-se-ia a cabo uma operação sistemática de dignificação das áreas públicas e privadas da vasta mole, onde teria parte substantiva a aplicação azulejar, oriunda da nova Fábrica da Telha Vidrada, organizada, logo em 1773, em função das obras universitárias, por iniciativa do prelado e onde pontificariam, sucessivamente, Salvador de Sousa Carvalho e Manuel da Costa Brioso (Machado, 1993: 253-263; 1996: 487-498; 1998: 67-71). E é, na verdade, nesse contexto, que emerge um dos programas de mais clara significação ideológica no plano da Nova Fundação e cuja descrição se reconhece nas próprias palavras de D. Francisco de Lemos, ao afirmar ter feito “levantar o tecto das Varandas dos Geraes; e se formaram Corredores, que circulam todas as Aulas, e dão Tribunas para ellas; das quaes pode o Reytor ver; e observar, o que se passa nas ditas Aulas”.

Efectivamente, com acesso a partir do Paço Reitoral, através da Sala do Exame Privado, organizaria o reformador-reitor um dispositivo arquitectónico de vigilância, a um tempo sobre os períodos lectivo e de recreio, graças à construção de um novo piso sobre o andar nobre dos Gerais, proporcionando um amplo passeio de quatro naves, provido de tribunas para as salas de aula e janelas de sacada para o claustro. Concebida de molde a garantir a omnisciência do prelado, proporcionando-lhe, não obstante, uma quase absoluta invisibilidade, a *galeria de circulação* constitui, de facto, obra de eminente carácter funcional, no sentido de que só ela, *vendo e observando*, permitia comprovar o efectivo cumprimento dos conteúdos pedagógicos da Reforma. Não negligenciaria, apesar de tudo, uma vez mais, pruridos estéticos, enquanto *arquitectura de poder* que lididamente era: dos alçados deitando sobre o pátio, à rica talha *rocaille* das tribunas penetrando as abóbadas das classes, à serena

nobreza do prospecto interno, mesmo, de exclusivo uso do prelado, tudo nesse espaço respira silêncio e discrição e parece conluiar-se no objectivo único de propiciar, a mestres e estudantes, a noção *física* de um poder omnipresente, materializado no reitor e na sua pessoa, sempre suspeitada, nunca confirmada.

Arquitectura da Reforma e eminentemente, a *galeria de circulação* é, contudo, mais especificamente ainda, arquitectura do reitor Lemos. É, de facto, a sua personalidade de ideólogo, que não de mero executante da *grande reestruturação*, que se revela cabalmente aqui - será também, *tout court*, a sua mesma personalidade. Outras intervenções, porém, buscavam uma maior projecção na imagem definida e sedimentada pelo próprio histórico solar da Universidade. Aí avultavam já, de resto, nas suas últimas adições - a Biblioteca Joanina, concluída em 1728 e a Via Latina, realizada em finais da década de 50 - não somente os primeiros sinais da entrada da Ilustração, como a demonstração visual de que o poder real alcançara já praticar uma brecha iniludível na muralha corporativa da instituição universitária. Este último programa, aliás, habilíssimo arranjo cenográfico regularizando o prospecto do próprio terreiro escolar em apologia àquele que, a breve trecho, se afirmaria como o *Rei-Reformador*, não somente outorgava coerência e dignidade à *praça* que empiricamente se formara no interior do recinto fortificado medievo, como reforçava, de modo explícito, a sua natureza de *Universidade Real*, sem contradição, de resto, numa escola que (em outro sentido) sempre disso mesmo se ufanara (Pimentel, 1998b: 35-39; 2000: 272).

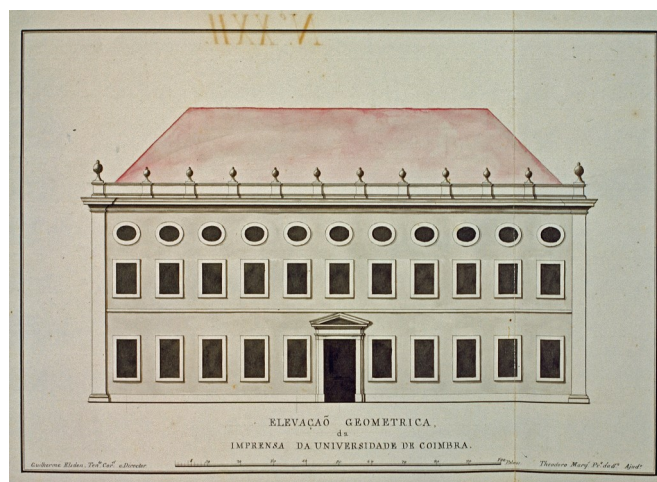
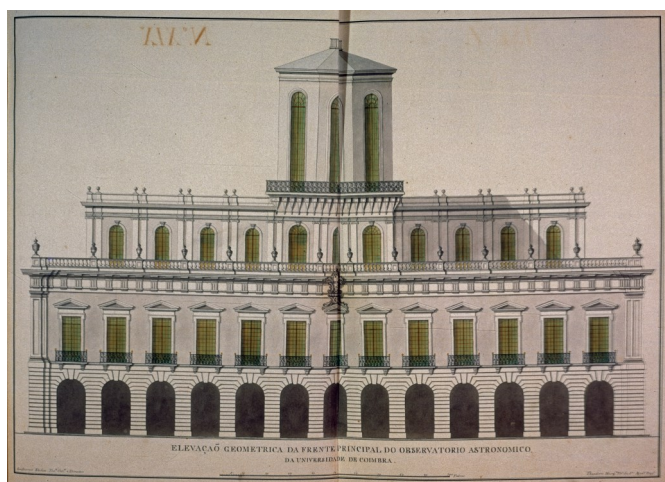
A despeito de a edificação da Via Latina haver já promovido - por antecipação embora - uma objectiva submissão do secular cenário do *obscurantismo* aos desígnios imagéticos da Nova Fundação, um outro projecto se empenharia em ilustrar, de modo mais cabal, os intuitos regularizadores que norteavam os ideólogos da Reforma, impondo na vetusta edificação, com a marca do racionalismo, o cunho ideológico que a enformava. Nesse sentido, toda a ala ocidental do palácio escolar (englobando os Gerais, a Capela e a nova Casa da Livraria) deveria sofrer uma completa transfiguração, com a construção de um novo templo e de uma segunda biblioteca (destinada agora a promover a apoteose josefina), unidos com a primeira por intermédio de um vestíbulo comum e unificados numa comum fachada. Riscado num classicismo seco, ao jeito dos novos prédios de rendimento da *baixa*, referência alguma, no exterior, aludia à presença do templo portas adentro do complexo biblio-religioso, ao mesmo tempo que a completa ausência, no severo portal (que reaproveitaria as colunas monolíticas do seu antecessor joanino, modelo, por seu turno, das que exornavam a Via Latina), de qualquer componente simbólica - o escudo real, que não já, evidentemente, a velha *Sapiência*, por completo postergada na imagética da *arquitectura da Reforma* - denota bem que o monumento régio que esta formulara havia já sido integrado na lógica *reformada* do prospecto do palácio escolar (Pimentel, 2000: 273-274).

Finalmente não realizado (ou só parcialmente, na reforma das fenestraçãoes das salas dos Gerais), por óbvias razões que decorrem do papel periférico da biblioteca escolar na lógica de uma reforma *dirigista* e assente no império do compêndio (e se reflectiria na mesquinha sorte reservada então à própria *Joanina*. Pimentel, 1998b: 51), o programa emergiria ainda, em contexto obscuro, noutra projecto de livraria igualmente conservado entre os emergentes do Gabinete das Obras, de enigmática localização no edifício escolar (Mora, 1993: 140). As obras arroladas não encerravam, contudo, os projectos alimentados por

D. Francisco de Lemos para o edifício histórico da Universidade: no acto de fazer balanço da sua actividade, no período crítico que se seguiria à queda do Marquês, ele mesmo afirmaria: “Resta para complemento destas Obras e emendar-se o grande defeito que há I.º De não haver sallas para os Concelhos [*sic*] da Universidade, e Congregaçoens Literárias. 2º De não haver cazas próprias, e accommodadas para a Secretaria, e Cartório próprio della. 3º De não haver cazas para o Estabelecimento da Junta da Fazenda, que necessita ao menos de quatro, e de huma Salla para a mesma Junta; junto da qual deve estar o Cofre na Conformidade das Instituçoens della. 4º De não haver Cazas para as Secretarias das seis Congregaçoens Literárias que os Estatutos mandão haver. As Congregaçoens, Concelhos, e Juntas ate aqui tenho feito em huma das Sallas da Caza Reytoral, por não haver outra decente. A Junta da Fazenda está ocupando o mesmo lugar Subterrâneo, que antes servia com muito incomodo; porque são só duas pequenas Cazas; e em huma dellas está o Cartorio antigo, não se podendo ainda arrumar a multidão de Títulos, que para ella vieram por occasião da Nova Doação. As Cazas para o Expediente da Junta, sua Contadoria, Cartorio, e Caza do Thezouro; devem fundar-se no mesmo Edifício das Escolas: E porque não se podem accomodar nas sobreditas duas cazas; mandei interinamente preparar huma parte da Imprensa para servir de Contadoria, e Cartório (...). Mas como este Estabelecimento he interino se faz necessário que o proprio se faça no mesmo Edifício do Paço das Escolas; assim como as Secretarias necessarias para o Governo Académico, e Literário. Sua Magestade á vista de tudo dará as Providencias que lhe parecerem convenientes” (Lemos, 1980: 138-139).

De facto, com a *nova doação*, que incorporava na Universidade o património da proscrita Companhia de Jesus, operava-se a maior revolução na vida administrativa da velha Escola desde que, em meados do século XVI, beneficiara da extinção do Priorado-Mor de Santa Cruz. Com a *multidão de Títulos* provenientes dos novos bens e as novas necessidades decorrentes da sua eficaz administração e gestão, um novo esforço incidia sobre o Cartório e Junta da Fazenda - que se impunha converter num eficaz serviço administrativo - do mesmo passo que também a reorganização académica e *literária*, decorrente da reforma das antigas faculdades e da criação de duas novas, impunha a organização, no edifício escolar, de áreas competentes. Nos dois anos subsequentes à queda do poderoso ministro (1777-1779), que o *reformador-reitor* por inteiro ocuparia na Corte, a Rainha terá efectivamente visto tudo e dado, em conformidade, as *Providencias convenientes*, porquanto logo em 1778 se iniciariam obras no claustro baixo dos Gerais, orientadas agora por Manuel Alves Macombo - que, desde o ano anterior, sucedera a Elsdén na direcção das construções escolares - e pelo mestre construtor José de Carvalho (Mora, 1993: 151-153). E aí, no quadro de uma dignificação geral da própria quadra, que incluiria a organização de um sistema de cúpulas de estuque e a aplicação do competente silhar de azulejos proveniente da Fábrica da Telha Vidrada, emergiria, enfim - num esforço que quedaria incompleto, no plano do tratamento decorativo, que incluía revestimentos azulejares e tectos ornamentais, de pintura ou estuque - o conjunto das oficinas arroladas pelo prelado: Contadoria Nova, Secretaria, Casa da Junta, Casa do Cofre, Casa do Conselho, etc. Do mesmo passo, organizar-se-ia a sua ligação ao piso superior do antigo claustro dos Gerais - sobre o qual avultava agora a *galeria de vigilância* - por intermédio de uma escadaria de aparato, provida da respectiva grade.

Nessa área, aliás, se concentraria uma boa parte do esforço de D. Francisco de Lemos no sentido de reformar as circulações



Guilherme Elsdén, Alçado principal do Observatório Astronómico (esquerda) e da Imprensa da Universidade (direita)
 “Riscos das Obras da Universidade de Coimbra”, Prop. Herd. Eng. Santos Simões | Fotos Pedro Aboim Borges

no Paço das Escolas e de corrigir defeitos, como o que resultava de não haver *serventia para a Capella senão pelo Pateo*. Com esse fito e uma vez abandonado o programa do novo complexo biblio-religioso que levaria à destruição do antigo templo e sua substituição por outro, flanqueado pelas duas livrarias *Joanina* e *Josefina*, ordenaria a supressão de 5,75m ao comprimento da respectiva nave, por forma a possibilitar a organização de um vestíbulo de passagem para as secretarias e Gerais, dotando-o, simultaneamente, de um coro de serventia aos serviços religiosos, obra que terá sido levada a cabo entre 1773 e 1774, mas na qual ainda em 1779-80 se registariam diversas intervenções (Mora, 1993: 153-154). A reconversão do Paço das Escolas e a sua integração na lógica visual da Nova Fundação não constituíam, porém, a matéria central do investimento arquitectónico da Reforma. Esta, com efeito, ampliando significativamente o antigo espectro curricular com a criação das novas faculdades de Filosofia e Matemática, ao mesmo tempo que incrementava a vertente prática do ensino médico, produzia a necessidade da organização de novos espaços, directamente vocacionados para uma pedagogia de índole experimental e que em muito transcendiam a disponibilidade fornecida pelo velho recinto universitário. Sem eles, na verdade e como o prelado bem reconhecia, “não podiam os Estudantes, que se applicassem ás ditas Sciencias fazer úteis progressos” (Lemos, 1980: 5).

Com efeito, os *Estatutos Novos* outorgados por D. José I e solenemente entregues na Escola pelo próprio Marquês, seu *lugar-tenente*, impunham a edificação de todo um conjunto de *estabelecimentos*, cuja gestão miudamente perpassa na chuva de diplomas sem cessar expedida pelo ministro que, à distancia embora, solicitamente velava pela *sua obra*². Como o próprio prelado se encarregaria de compendiar, no seu circunstanciado relato sobre o *Estado da Universidade*, redigido em hora de justificação, seriam eles: “para o Ensino da Faculdade Medica, o Hospital, o Theatro Anatómico, e o Dispensatório Pharmaceutico: para o Ensino da Mathematica, o Observatório: E para o Ensino da Faculdade Philosophica, o Gabinete de Phisica Experimental, o Theatro da Historia Natural, o Laboratório Chymico; e o Jardim Botânico”. A estes se somava ainda a Imprensa, como pilar que evidentemente constituía de uma reforma cujo alcance pedagógico passava, desde logo, pela adopção de novos manuais (Lemos, 1980: 4-5).

A *universidade nova* já não cabia, pois, no apertado perímetro da *universidade velha* e os anos que se seguem, em particular os que medeiam entre 1773-77 (antes que o descalabro das

finanças públicas impusesse uma drástica contenção de gastos) assistirão, assim, à conversão da zona alta da cidade num enorme estaleiro construtivo, centrado no *Gabinete de Obras* e meticulosamente regulado pelo respectivo *Regimento*. E aí pontificava Elsdén, a quem competia elaborar todas as traças, que o reitor remetia ao Marquês luxuosamente encadernadas em marroquim vermelho marcado, a ouro, das armas reais³. Desse modo, pois, iriam nascer os grandes imóveis que haveriam de compor a *civitas sapientiae* pombalina: o *Museu de História Natural*, produto da radical transfiguração do complexo jesuítico do antigo Colégio de Jesus, para o efeito incorporado no *perpétuo domínio* da Universidade e que abrigava, além do competente gabinete de História Natural, o de Física e os institutos ligados à Faculdade de Medicina (o Hospital e os respectivos Teatro Anatómico e Dispensatório Farmacêutico); o *Laboratório Químico*, fronteiro e de igual modo erguido à custa das antigas cozinhas dos inacianos; o *Observatório*, em benefício do qual se derrubaria o castelo, ao mesmo tempo *incorporado*; o *Jardim Botânico*, nas imediações do aqueduto, ocupando parte da cerca de S. Bento e da dos Marianos, rapidamente *disponibilizadas* pelos respectivos padres; a *Imprensa*, enfim, instalada no claustro da antiga Sé, entretanto transferida para a devoluta igreja da extinta Companhia⁴.

Sob o impacte dos novos edifícios, a urbe transfigurava-se mas, muito especialmente, reconvertia-se, repensando as suas relações tradicionais. A Universidade transpusera os muros da antiga alcáçova real, é certo, mas a *cidade do saber* fechava-se agora sobre si, olímpicamente, entre os muros da acrópole, deliberadamente quebrando o íntimo convívio que a malha dos colégios renascentistas mantivera com a cidade antiga. De resto e malgrado as intervenções (pontuais) de verdadeiro urbanismo, como a nova praça que iria surgir entre o Laboratório e o Museu, a regularização do Largo da Feira e da envoltura do Observatório, ou a libertação do entorno do Paço das Escolas, a prática construtiva da *refundação* parecia nortear-se, essencialmente, por dois objectivos principais: eliminar os vestígios visuais da antiga preponderância jesuítica e dotar a cidade de uma arquitectura de prestígio que, simultaneamente, *reformasse* a sua própria imagem.

Efectivamente, os diversos *estabelecimentos* pombalinos, riscados num neo-palladianismo inteligente, inovador no panorama nacional e onde a unidade conceptual saberia, não obstante, evitar a monotonia das soluções, distinguem-se, tanto ao nível do plano como dos alçados, pelo mesmo racionalismo pragmático que norteara a própria obra da *Reformação*

(Trindade, 1998: 54 e 57). Não conformam, porém, um genuíno *campus*, a exemplo do que noutras cidades universitárias sucedia e, mesmo, de certo modo se realizara na Coimbra renascentista; antes se disseminam pelo velho casco de configuração medieval, numa recorrente ilustração da generosidade esclarecida do poder de que constituíam directa emanação, opção que o conjunto Museu-Laboratório não desmente e que as evidentes razões de natureza técnica (disponibilidade do edifício jesuíta; *inutilidade* do antigo castelo e aparente adequação do local às observações astronómicas; possibilidade de lançar mão das instalações da antiga catedral pela sua transferência para a sumptuosa igreja dos inacianos) porventura não explicarão completamente.

Nesta vontade de impor à malha urbana, que fora o secular cenário do execrado *tempo obscurantista*, a marca indelével do novo poder, residirá também a razão do ritmo plástico adoptado na concepção dos diversos edifícios, definidor de uma evidente escala de valores, deliberadamente assumida e de incontornável significado num contexto onde os critérios de racionalidade abrangiam também e muito particularmente as questões ligadas a gastos e administração. De facto, o conjunto dos *estabelecimentos* pombalinos dispõe-se de acordo com uma sequencia rítmica onde, ao *tempo forte* que representa o inacabado mas ostentoso Observatório - ponto estratégico de intersecção no percurso entre a *courça* e o Paço das Escolas e, inquestionavelmente, *piece d'honneur* de todo o conjunto - se segue um *tempo médio*, ilustrado pelo complexo, majestoso mas sóbrio, do Museu e Laboratório, para terminar, já em clima de evidente contenção formal, nos restantes institutos: a Imprensa, de prospecto elegante mas severo e o Jardim Botânico, obra cuja completa execução em muito transcenderia o consulado pombalino e onde, de início, se seguiria o plano de Mattiazzi, na sequência da recusa pelo Marquês do primeiro e luxuoso risco, elaborado por Elsdon sob a orientação dos professores Ciera e Vandelli e reputado mais próprio para “Ostentação de Príncipes” que para “Jardim de Estudo de rapazes” (Almeida, 1937-1979: I, Doc. LXV, 106)⁵.

Ao recusar o partido do *campus*, fechado sobre si, a *cidade do saber* apostava, contudo, uma vez mais, na *funcionalidade*. De facto, a eficácia dessa *segunda reconstrução* que, em Coimbra, se levava a efeito sobre o que fora o império pedagógico jesuíta, pulverizado pelo terramoto legislativo pombalino, dependia verdadeiramente desse processo de apropriação da malha urbana pela Universidade *refundada*. Por isso os edifícios da Reforma *contaminam* a urbe e dela tomam posse, numa relação explícita de poder que se ostenta a cada encruzilhada. Nesse sentido, os estabelecimentos universitários não constituíam somente emanações do poder real que havia promovido a sua construção - eram antes metáforas desse mesmo poder, como eles laico, racional e, sobretudo, omnipresente. Donde o carácter observado no seu tratamento plástico, donde o próprio código simbólico que deliberadamente ostentam, com a supressão final da velha insígnia corporativa da *Sapiência*, sistematicamente substituída pelo escudo real, distintivo da natureza estatal da *escola nova*, laboriosamente edificada, pedra a pedra, pelo reformador ministro e pelo *reformador-reitor*.

É, de facto, a presença contínua e recorrente das armas do Reino no prospecto urbano que, mais do que tudo, confere à *cidade do saber* o seu carácter de *cidade do poder* (Pimentel, 2000: 287-288). Universidade realmente *regia*, não já na antiga acepção de corporação privilegiada que tão cara lhe fora, mas nessa outra, *moderna*, de prolongamento do poder central, a velha

escola submetera-se, afinal, com docilidade insuspeitada à nova função que lhe era cometida. Fazia-o para sobreviver, nisso demonstrando, em fim de contas, a sua atávica e secular *sabedoria*. A morte de D. José I, contudo e a queda consequente do Marquês - peça central no processo da reforma universitária - não deixariam de trazer consequências de fundo à magna empresa cometida a D. Francisco de Lemos, o qual, entretanto, em Outubro de 1775, havia sido reconduzido por mais três anos nas funções de reformador-reitor.

Efectivamente e como ele próprio retrataria, se a exibição de poder que rodeara a sua assunção da borla reitoral e a entrega dos Estatutos e, muito particularmente, o respaldo fornecido pela sua estreita ligação ao temível ministro, haviam permitido, nos cinco anos anteriores, neutralizar toda a veledade de oposição por parte dos defensores da velha ordem, mantendo-os “tranquilos e sossegados e sem fazerem movimento” - enquanto prosseguia, no plano jurídico, como no pedagógico, no administrativo e no das próprias estruturas, a revolução que tanto Pombal como o reitor haviam idealizado -, a ascensão de D. Maria I viria, na aparência, fornecer-lhes enfim um espaço reacção e a circunstância azada para um contra-ataque. Não tardaria, pois, a materializar-se a acusação, aos “estudantes da nova reforma de pensarem livremente em pontos de religião, concorrendo muito para espalhar este rumor falso, as declamações vagas que tem feito nos púlpitos alguns pregadores incautos e pouco advertidos” - situação que o levaria a afirmar que “agora he que sahem a campo, a oppôr-se a torrente de todas estas novidades que segundo dizem se espalham e ensinam na Universidade” (Braga, 1894: III-IV).

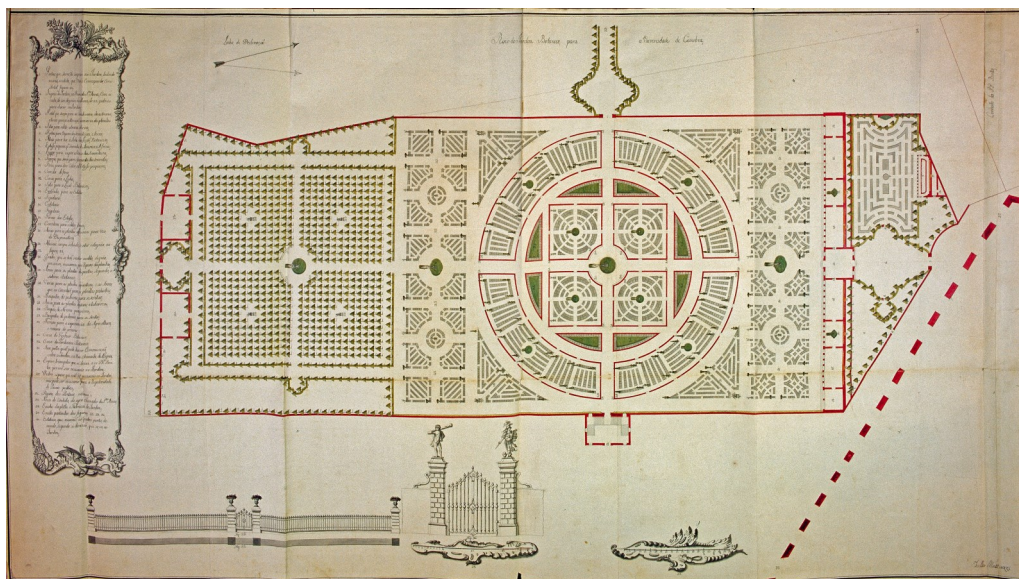
A acusação era, obviamente falsa, não sendo os ideólogos da Reforma, de facto, livres-pensadores - interessando-lhes, tão somente, promover a difusão de um sistema de ensino capaz de fornecer ao Estado os recursos de que este carecia (Maxwell, 1996: 108), na estrita baliza da ortodoxia católica -, mas restringiria dramaticamente o espaço de manobra de que dispunha o reitor no seu domínio universitário, situação agravada também, no plano da administração diocesana, com a restauração na mitra do velho D. Miguel da Anunciação, exumado à sua cela da prisão de Pedrouços, onde jazera por quase onze anos. Assim e com o pretexto de assistir à aclamação da Rainha, em Maio de 1777, promoveria o reitor Lemos uma saída táctica da sua dupla circunscrição, que haveria de prolongar-se por vinte e nove meses. Destes, os primeiros seis seriam ocupados na elaboração da sua *Relação Geral do Estado da Universidade* (apresentada, em Setembro, ao novo ministro, visconde de Vila Nova da Cerveira), com a qual, não somente visava fornecer um circunstanciado relatório do ponto de execução da Reforma, como justificá-la teoricamente: obra, aliás, que constitui documento exemplar da pose altiva que sempre cultivou, redigida - comentaria Teófilo Braga - numa “prosa secca, com subdivisões segundo o estylo escolastico, com uma emphase autoritaria no género dos derramados períodos das leis pombalinas” (Braga, 1894: VI).

Do êxito com que se desincumbiu da sua missão testemunha o arranque das obras no claustro baixo dos Gerais em 1778 e, em Agosto do ano seguinte, estaria mesmo de regresso à Escola, onde presidiria ao respectivo claustro (Mirabeau, 1889: XXVII). Porém, a *oportunidade* da súbita morte do ancião D. Miguel, logo em Setembro, fornecer-lhe-ia a adequada saída política, no uso da dignidade em que fora investido, em 1773, de seu coadjutor e futuro sucessor - enquanto, na Universidade, lhe sucedia nas funções de reformador-reitor o principal Mendonça, em dois triénios que a posteridade haveria de

recordar como “dois infortúnios seguidos para o andamento regular dos novos estudos” (Mirabeau, 1889: XXX): situação apenas colmatada com a nomeação, em 1785, do principal Castro (a quem o ministro Cerveira, convertido agora em marquês de Ponte de Lima, confiaria a *Relação Geral*, com a recomendação de que “Leve Vossa Excelência para a Universidade este livro, que foi quem a salvou da sua ruína”. Cf. Braga, 1894: IV), cujos doze anos de governo haveriam, por sua vez, de salvar o essencial da Reforma, projectando a Escola numa fase nova e decididamente florescente.

Enquanto isso, de posse da mitra episcopal, inaugurava D. Francisco de Lemos uma nova e longa etapa da sua vida, por inteiro dedicada ao sacerdócio e aos deveres pastorais do seu múnus - sendo que, como referem os biógrafos, “Para esta concentração, um tanto discorde com a sua índole e oposta aos hábitos contrahidos em trabalhos de largo fôlego durante anos, e sempre em convivência com a alta sociedade, concorreram mais as circunstancias politicas da epocha do que os impulsos da própria vontade” (Mirabeau, 1889: XXVII-XXVIII). Para as novas funções, todavia, transportaria o seu estilo particular de *grand seigneur* e a sua fidelidade pessoal e política ao decaído ministro, que honraria organizando-lhe, em 1782, exéquias soleníssimas na sua vila de Pombal, matéria a que aplicaria um particularíssimo cuidado (Teixeira, 1890: 6); mas, muito especialmente, tentaria projectar, na sua nova vida, o seu atávico apego aos empreendimentos artísticos e arquitectónicos.

Nesse sentido, não somente promoveria, em data anterior a 1794, extensas obras na sua catedral (a antiga e opulenta igreja jesuíta), duplicando o espaço da capela-mor a fim de acolher com dignidade a pompa dos pontificais, não chegando a executar-se o novo e sumptuoso retábulo marmóreo já de recorte neoclassicizante (Craveiro, 1988b), outro tanto vindo a suceder no que respeita ao paço episcopal (entretanto unido à Sé por um arco-passadiço), para o qual delinearía vastos e ambiciosos projectos, finalmente não concretizados. Não sucederia assim, porém, com o programa celebrativo azulejar, encomendado a Salvador de Sousa e Manuel da Costa Brioso (e cuja localização original se desconhece), onde fixaria os grandes projectos do Gabinete de Obras da Reforma, do mesmo passo que a Fábrica da Telha vidrada forneceria silhares decorativos para diversas dependências do edifício (Pacheco, 2009: 150-163). Enquanto isso, de resto, não descuraria o prelado a minuciosa documentação da sua actividade na qualidade de reitor - de que pede completa certidão em Fevereiro de 1790 (Teixeira, 1890: 9) - e, provavelmente no seguimento da objectiva sintonia do novo reformador-reitor, principal Castro, com os grandes objectivos da Reforma que protagonizara, empenha-se pessoalmente (e ao seu ascendente nos círculos governamentais) no sentido de promover, em 1794, a fixação em Coimbra da nova Junta da Directoria Geral dos Estudos (Mirabeau, 1889: XXXI). E com esse processo se relacionará um projecto (alçado e planta) não datado e não realizado - conservado na Biblioteca Geral universitária⁶ - e destinado a ser implantado em articulação com o



Júlio Mattiazzi, Plano para o Jardim Botânico

“Riscos das Obras da Universidade de Coimbra”, Prop. Herd. Eng. Santos Simões | Foto Pedro Aboim Borges

novo vestíbulo da Capela (e de acesso ao núcleo administrativo-pedagógico dos Gerais), constituindo esse sector, na verdade (onde sobrevivia um pequeno horto destinado ao seu serviço e confinado pelo templo, pela Casa da Livraria e pelo claustro escolar) a única área do palácio universitário susceptível de proporcionar um efectiva expansão das suas estruturas físicas, no mais confinadas pelas dependências públicas e reitorais (a Norte) e pelo Colégio de S. Pedro (a Oriente).

Em 13 de Maio de 1799, contudo, *cedendo a instancias repetidas* (Mirabeau, 1889: XXXI), aceitaria o prelado ser reconduzido no sólio reitoral, após vinte anos de ausência e, desta feita, aos sessenta e quatro anos de idade. Mas, sobretudo, em período de agitação política e ideológica, decorrente da penetração das *ideias francesas* e do ciclone napoleónico, que, por toda a parte, abalava até aos fundamentos a antiga ordem da Monarquia absoluta - ordem da qual, todavia, o prelado era, afinal, lídimo produto e preclaro expoente. É provável, porém, que, com o projecto da Junta da Directoria Geral dos Estudos, elaborado em 1794, lhe tivesse regressado a sedução pelos *trabalhos de largo fôlego* possibilitados pela Reforma escolar, que o seu afastamento, em 1779, deixara inconclusos - e, nestes, pelo vastos empreendimentos arquitectónicos - e tal circunstância tivesse pesado na sua decisão de reassumir a borla reitoral. Como quer que seja, ao novo período corresponderiam novas ideias, como a de promover o encerramento do corpo dos Gerais, fechando com janelas de verga recta (e recorte mais decididamente clássico), não somente o claustro alto (das aulas escolares) mas a própria *galeria de vigilância* anos antes edificada, de que resultaria um desenho em cujo verso se ostenta, a lápis, a menção “Projecto q. não teve efeito mandado fazer p.^{lo} Sr. Bispo Conde Reitor”, seguida, a tinta e por diversa mão, da legenda: “eu Macomboia lhe embarcei a factura desta obra por conselho prudente q. o d.^o Sr. abraçou”⁷.

Neste quadro e confrontado com o abandono do projecto nuclear (em termos do desenho ideológico da *civitas sapientiae*) do Observatório Astronómico erguido à custa do castelo - substituído, tudo indica que por razões de natureza técnica, por um outro, mais modesto, riscado por Manuel Alves Macomboia para o topo Sul do terreno escolar (por isso designado de *Observatório Interino*) e concluído em 1790 (mas que teria ainda a possibilidade de oficialmente inaugurar no próprio ano do seu regresso ao Paço das Escolas. Cf. Craveiro, 1990: 26-28) -

aplicaria o reitor Lemos a sua energia, no período que se segue, no delineamento do vasto programa de monumentalização da *couraa de Lisboa* (que deveria constituir a via triunfal de acesso à Universidade reformada. Cf. Pimentel, 2000: 286). Mas, sobretudo, à correcção do único ponto de conflito que seria possível detectar entre o exercício das suas funções universitárias e as directivas administrativas do seu mentor e falecido Marquês: o Jardim Botânico, onde o ministro rejeitara liminarmente o projecto original de Elsdén, em benefício de um outro, mais modesto, de Mattiazzi, sob o reparo de não se tratar de um recinto de *Ostentação de Príncipes* mas de um *Jardim de Estudo de rapazes*.

Assim e a despeito do enorme investimento já materializado na conversão, com esse fito, da cerca do Colégio de S. Bento e dos terrenos libertados pelos carmelitas Marianos (Duarte, 1993: 403-439); inconformado com a noção de que o “horto botânico, executado segundo as ordens do Marquez de Pombal, era um cerco estreito, sem arte, e sem beleza”, condição que opunha a sua *mesquinhez à grandeza dos restantes estabelecimentos universitários*, decide então que “Já que o não podia adequar ao seu plano favorito, que o Marquez lhe desaprovava, ao menos queria reformal-o e deixar uma obra digna do seu nome e da Universidade”. Nesse sentido, “Ampliou-lhe a extensão para o lado do sul; transformou os accidentes do solo em proporcionados terraplenos e embellezou o lado principal que olha ao nascente, com a formosa gradaria em que a simplicidade e a elegancia se harmonizam com a solidez”.

A verdade, porém, é que, levadas a cabo numa conjuntura objectivamente adversa, “obras de tanto dispêndio (refere o mesmo biógrafo) esgotaram os cofres universitários e absorveram por muito tempo as sommas destinadas para os ordenados do pessoal docente” (Mirabeau, 1889: XXXVI). No seguimento destes factos, confrontar-se-ia o reitor com uma onda crescente de queixas, por parte da comunidade universitária, cujo liminar desatendimento as converteria em “invectiva contra o procedimento arbitrário do prelado, que lançava os funcionarios na miseria para levantar obras de arte grandiosas”. Iniciar-se-ia, por este modo, uma onda de contestação ao seu estilo particular de exercício do poder, para a qual não deixaria de contribuir o episódio comprometedor (a despeito da dignidade que parece ter presidido ao seu comportamento) da sua integração, em 1808, na delegação de notabilidades portuguesas expedidas por Junot a cumprimentar Napoleão em Bayonne e regressada apenas em 1810 - o que justificaria a sua detenção, na Mealhada, quando se preparava para promover o seu regresso a Coimbra

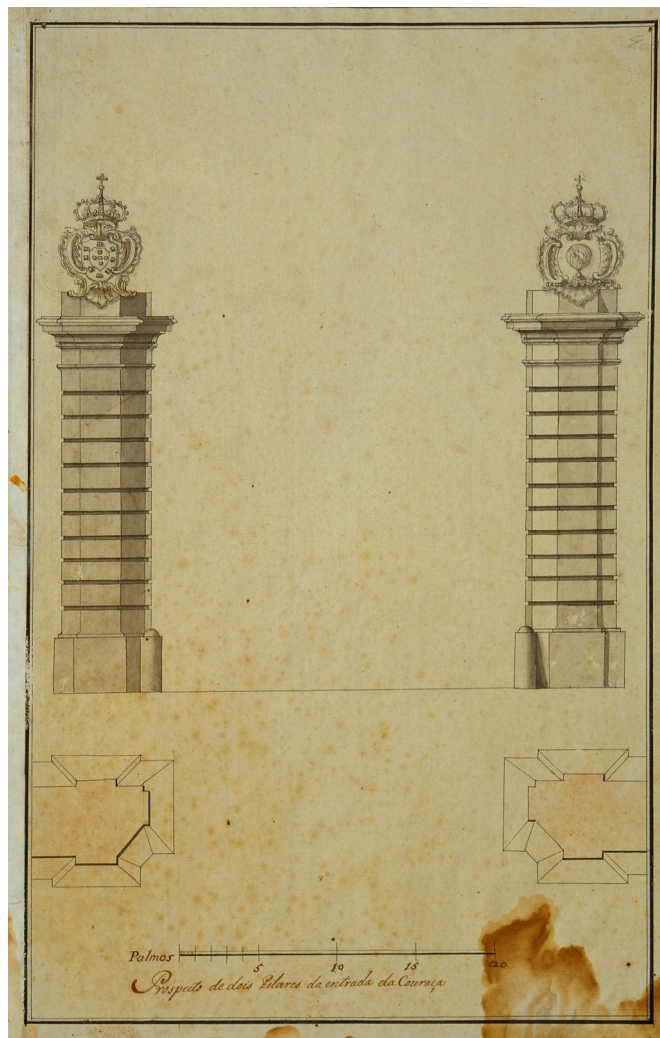
e o seu confinamento ao Porto, às ordens dos governadores do Reino, sob a acusação de jacobino e traidor à pátria.

O seu regresso, dois anos depois, ao burgo universitário - na sequência de ter sido julgado inocente: possibilitando-lhe, em conformidade, retomar a posse da diocese e, posteriormente, do governo da Escola - não lograria, apesar disso, apaziguar os ânimos da comunidade em relação aos procedimentos da sua governação: nem, tão pouco, morigerar o carácter desta. Na sequência do aparecimento, pelas esquinas da urbe, de *pasquins, libellos famosos e papeis incendiarios*, renovando as antigas acusações a respeito dos seus gastos sumptuários e as dramáticas consequências que revestiam para as economias privadas de docentes e funcionários, abriria o velho prelado uma devassa, que lograria apurar os autores, os quais, em 1818, seriam castigados com severidade, sendo suspensos de funções e expulsos da cidade (Teixeira, 1890: 7-10).

A verdade, porém, é que os tempos corriam agora adversos ao paradigma de reitor que

o velho bispo-conde personificava, corporizando essa relação íntima entre Escola e Estado que defendia e, por conseguinte, reflectindo no governo e no quotidiano desta a majestade que, em seu entender, devia por natureza revestir aquele. Confrontado com a declaração da inocência dos arguidos na sequência do recurso destes à Relação e à Casa da Suplicação - e com a sua consequente restituição aos empregos universitários e a inerente condenação da Escola, de que era supremo governador, ao pagamento dos salários devidos (e, por esse modo, expressamente desautorizado pelo próprio Estado que entendia personificar) - ver-se-ia o prelado igualmente confrontado com o recurso de outros membros da comunidade escolar às próprias Cortes que, em 1820, se formariam a partir da revolução liberal: Cortes onde, por conseguinte, se debateriam publicamente as suas qualidades de administrador, de resto entre acusações como a que formularia Borges Carneiro, de ser ele *Reliquia do marquez de Pombal, magico, vingativo, despota que desterra lentes e faz quanto quer*, exercendo, aliás, funções por natureza incompatíveis, como as de bispo e de reitor (Teixeira, 1890: 11-12).

Nesse contexto, não tomaria já assento nas Cortes extraordinárias e constituintes, para as quais o seu inquestionável prestígio ditara ainda a sua eleição, como deputado pelo Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1821. Acabava, de resto, de cumprir uma vida longa, de oitenta e seis anos, que terminaria aos oitenta e sete, no seu paço episcopal de Coimbra, a 16 de Abril do ano imediato de 1822. Terá tido tempo ainda, todavia, de preparar uma saída de cena à sua altura, ilustrada nas *exequias*



Guilherme Elsdén, Alçado dos pilões de monumentalização da *Couraa de Lisboa*
Museu Nacional Machado de Castro | Foto José Pessoa (DGPC/ADF)

deslumbrantes organizadas pelo seu cabido, o qual sufragaria, *com funebre pompa*, a alma do prelado “que com tanto lustre e glória” regera a diocese. Em ostensivo contraste, não teria a Universidade “uma palavra de gratidão para comemorar os

serviços de quem tanto cooperou no seu engrandecimento” (Mirabeau, 1889: XXXVII-XXVIII) - mesmo que, ironicamente, quase dois séculos depois, seja ela o mais eloquente testemunho da importância da sua passagem pelo mundo. ■

1. Mal grado a inexistência da biografia que a figura do prelado universitário inquestionavelmente justifica, é obviamente vastíssima a bibliografia onde pode seguir-se a sua actividade. De consulta fundamental são, porém, Braga, 1894; Almeida, 1937-1979; Gomes, 1989; Costa, 1959-1961.
2. Cf. Almeida, 1937-1979. De um modo geral, essa documentação encontra-se registada no conjunto de *Livros de Alvarás, Cartas Régias, Provisões, Ordens e Avisos da Secretaria de Estado*, que se conservam no Arquivo da Universidade de Coimbra, onde constituem o fundo designado de “Nova Fundação”.
3. Para além dos desenhos dispersos em diversos fundos universitários e dos conservados no Museu Nacional de Machado de Castro e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, os desenhos do Gabinete de Obras, a exigirem urgente publicação conjunta em edição crítica, encontram-se fundamentalmente reunidos

- em dois valiosos e ricos álbuns: um deles pertença do Museu Nacional de Machado de Castro, onde possui o N.º de inv.º 2231/RB62 (tendo regressado, há poucos anos, de um longo depósito na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra), outro dos herdeiros do falecido investigador de azulejaria Eng.º Santos Simões (o mais opulento), tendo sido publicado por Matilde Pessoa de Figueiredo de Sousa Franco (Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1983).
4. Cf. Craveiro, 1988a: 511-519; Bento, 1993: 177-219; Amaral, 1993: 221-251; Duarte, 1993: 403-441; Trindade, 1998: 35-39.
5. Sobre este assunto, veja-se também Duarte, 1993: 418.
6. BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - Ms. 3377-8 e 3377-9.
7. MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO - Inv.º antigo N.º 2894.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, José Maria (1853) - Diário do que se passou na Universidade de Coimbra, quando a ela veio para a sua nova fundação o marquês de Pombal, como Logar Tenente, e Plenipotenciário d'el-Rei D. José I, em setembro do anno de 1772. *O Instituto*. Coimbra. Vol. I

ALMEIDA, Manuel Lopes de (1937-1979) - *Documentos da Reforma Pombalina*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2 Vols.

AMARAL, Conceição (1993) - Novos dados para a construção da Imprensa da Universidade. In *A Universidade e a Arte. 1290-1990*. Coimbra: Instituto de História da Arte, p. 221-251.

BENTO, Anabela (1993) - A construção do edifício pombalino do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra. In *A Universidade e a Arte. 1290-1990*. Coimbra: Instituto de História da Arte, p. 177-219.

BRAGA, Teófilo (1894) - *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

COSTA, Mário Alberto Nunes (1959-1961) - *Documentos para a história da Universidade de Coimbra (1750-1772)*. Coimbra. 2 Vols.

CRAVEIRO, Lurdes (1987) - A Reforma Pombalina da Universidade (plantas e projectos do Gabinete de Obras). *A Reforma Pombalina da Universidade*. Cat. [policopiado] Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, p. 1-7.

____ (1988a) - Gilherme Elsdén e a introdução do neoclassicismo em Portugal. In *Portugal e Espanha entre a Europa e Alem-Mar*. Coimbra: Instituto de História da Arte, p. 503-519.

____ (1988b) - Três projectos setecentistas para a capela-mor da Sé Nova de Coimbra. *Mundo da Arte*. Coimbra. II Série, 1.

____ (1990) - *Manuel Alves Macomboia, arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Instituto de História da Arte.

DIAS, Pedro (1983) - O Regimento das Obras da Universidade de Coimbra ao tempo da Reforma Pombalina. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra. VI, p. 335-348.

DUARTE, Maria Teresa Cardoso (1993) - Alguns dados acerca da construção do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. In *A Universidade e a Arte. 1290-1990*. Coimbra: Instituto de História da Arte, p. 403-441.

GOMES, Joaquim Ferreira (1989) - *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*. Coimbra: INIC.

LEMOS, Francisco de (1980) - *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

MACHADO, Ana Goulão (1993) - A produção de azulejos da Fábrica da Telha Vidrada ao tempo da Reforma Pombalina. In *A Universidade e a Arte. 1290-1990*. Coimbra: Instituto de História da Arte. p. 253-263.

____ (1996) - Azulejaria coimbrã ao tempo da Reforma Pombalina: a Fábrica da Telha Vidrada. In *Oficinas Regionais*. Tomar. p. 487-498.

____ (1998) - Azulejaria dos séculos XVII e XVIII. *Monumentos*. Lisboa: DGEMN. N.º 8 (Mar. 1998) p. 67-71.

MAXWELL, Keneth (1996) - *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo* (trad. port.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MIRABEAU, B. A. Serra de (1889) - D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. *Anuario da Universidade de Coimbra, Anno lectivo de 1888 a 1889*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

MORA, Mariana (1993) - Os projectos de remodelação do Paço das Escolas ao tempo da Reforma Pombalina. In *A Universidade e a Arte. 1290-1990*. Coimbra: Instituto de História da Arte.

PACHECO, Milton (2009) - *Por detrás de um Museu. O Paço Episcopal de Coimbra: história e memória*, [texto policopiado]. Coimbra: [s.n.]. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

PIMENTEL, António Filipe (1998a) - *Domus Sapientiae: o Paço das Escolas*. *Monumentos*. Lisboa: DGEMN. N.º 8 (Mar. 1998) p. 34-39.

____ (1998b) - Uma empresa esclarecida: a Biblioteca Joanina. *Monumentos*. Lisboa: DGEMN. N.º 8 (Mar. 1998) p. 49-51.

____ (2000) - Cidade do Saber / Cidade do Poder: a arquitectura da Reforma. In ARAÚJO, Ana Cristina, Coord. - *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 265-288.

RODRIGUES, Manuel Augusto (1982) - Pombal e D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra. In TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel; Coord. - *O Marquês de Pombal e o seu tempo - Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. IV, T. I, p. 207-298.

TEIXEIRA, António José (1890) - Apontamentos para a biographia de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. *O Instituto*. Coimbra. Vol. XXXVII, p. 1-16.

____ (1920) - O Regimento das Obras da Universidade. *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra. V, p. 154-174.

TRINDADE, Luísa (1998) - A Reforma Pombalina. *Monumentos*. Lisboa: DGEMN. N.º 8 (Mar. 1998) p. 35-39.